

REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DE TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

PRELIMINARY REFLECTIONS ON THE USE AND TERRITORY OCCUPATION IN THE BRAZILIAN AMAZON CONTEXT

REFLEXIONES PRELIMINARES SOBRE EL USO Y OCUPACIÓN DE TERRITORIO EN EL CONTEXTO DE LA AMAZONÍA BRASILEÑA

Natasha Sousa Araújo Lemos¹
Larissa Warnavin²

Resumo

O presente artigo tem por objetivo compreender as estratégias promovidas pelo Estado brasileiro para a ocupação e desenvolvimento da região amazônica, à luz dos direitos humanos. O trabalho analisa essa ocupação e os desdobramentos sociais, políticos, econômicos e ambientais oriundos desse processo. A pesquisa, em relação à metodologia, tem cunho bibliográfico. A investigação discute, também, os interesses na Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Ocupação territorial. Amazônia brasileira. Desenvolvimento regional.

Abstract

This article aims to understand the strategies developed by the Brazilian State for the occupation and development of the Amazon region, in the light of human rights. This work analyzes this occupation and the social, political, economic, and environmental developments arising from this process. The research, in relation to the methodology, has a bibliographic nature. The investigation also discusses interests in the Brazilian Amazon.

Keywords: Territorial occupation. Brazilian Amazon. Regional development.

Resumen

Este artículo tiene el objetivo de comprender las estrategias promovidas por el Estado brasileño para la ocupación y desarrollo de la región amazónica, a la luz de los derechos humanos. El trabajo analiza esa ocupación y las implicaciones sociales, políticas, económicas y ambientales de ese proceso. Desde la perspectiva metodológica, esta investigación es bibliográfica. Discute, también, los intereses en juego en la Amazonía brasileña.

Palabras-clave: Ocupación de territorio. Amazonía brasileña. Desarrollo regional.

1 Introdução

O presente texto tem o intuito de compreender as estratégias desenvolvidas pelo Estado brasileiro para a ocupação e desenvolvimento da Amazônia, à luz dos direitos humanos.

Com o objetivo de promover a ocupação e proteção da Amazônia brasileira, de forma mais efetiva, o governo federal iniciou uma série de ações voltadas à região. A sua ocupação passou a ser vista como estratégica para a segurança nacional, pois, a região havia se tornado

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas, Bacharelada em Geografia pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER. lemos.natasha1@gmail.com

² Dr. em Geografia – Prof. Orientadora, Centro Universitário Internacional – UNINTER. larissa.w@uninter.com

objeto de interesse internacional, principalmente nos anos pós-guerras mundiais. Tais ações se fundamentaram em políticas de incentivo à migração para o local, com cessão do direito de posse de terras federais e aberturas de vias de ligação (rodovias) com os demais estados brasileiros.

Realizada à revelia da vontade daqueles que já habitavam o território e sem pleno conhecimento das características naturais e sociais locais, os diversos meios utilizados para incentivar o desenvolvimento promoveram, em maior ou menor grau, degradação ambiental e fomentaram tensões e conflitos na Amazônia.

A Amazônia representa a maior extensão contínua de floresta do mundo e vem sofrendo alterações causadas pelo homem. Essas alterações resultam em impactos ambientais e desequilíbrios nos ecossistemas (TUCCI; BRAGA, 2015). Contudo, sua riqueza não se restringe apenas à floresta. A Amazônia também possui a maior bacia hidrográfica do globo — que tem um papel fundamental na regulação do clima da Terra (BORMA; NOBRE, 2013).

Nessa paisagem de superlativos, cuja imagem icônica é representada por rios e florestas, encontra-se uma rica diversidade étnica e cultural, com uma população indígena de aproximadamente 890 mil indivíduos, distribuídos em 305 etnias e falantes de 274 línguas (BORMA; NOBRE, 2013). Estes números se referem apenas à população indígena, sem levar em consideração as demais populações tradicionais tais como, ribeirinhos, remanescentes quilombolas, seringueiros, pescadores artesanais, entre outros — que compõem o universo de 23,55 milhões de pessoas que habitam a porção brasileira da floresta, 12,83% do total populacional nacional (IBGE, 2013).

Assim, neste complexo cenário natural e social, configurou-se diversas tentativas de integrar a região à conjuntura político-econômica nacional promovidas pelo Estado, por meio de abertura de estradas e cessão de terras públicas, sob o pretexto de promover desenvolvimento local. Essas tentativas culminaram em conflitos pela terra, desflorestamento, perda de biodiversidade e ameaças às populações tradicionais, sobretudo povos indígenas.

Assim, os objetivos desse trabalho são: analisar como as políticas públicas, sob o pretexto de povoar e desenvolver economicamente a região amazônica, foram executadas pelo Estado brasileiro, à luz dos direitos humanos — na perspectiva da população local; relacionar quais foram essas políticas; identificar as consequências destas políticas no atual contexto amazônico; e, investigar o cenário social em que se deram tais políticas.

2 Revisão de literatura

O termo heartland foi concebido pelo geógrafo inglês Halford Mackinder como um dos conceitos-chave da sua teoria sobre o poder terrestre. O autor “é tido como um clássico da geopolítica, antes de mais nada, porque concebeu uma série de conceitos-chave para análise geopolítica que se mostram atuais” (CARMONA, 2012, p. 40).

A expressão heartland (ou terra-corção) marca a essência da teoria do poder terrestre e trata-se de um espaço estratégico de decisão e controle, constituindo-se como uma fortaleza natural carregada de potencialidades, que incrementada pelo fator econômico propicia ao seu detentor um poder político e econômico sobre o mundo. Reforçando a importância dos recursos naturais, Mackinder ainda afirmou que países ricos em recursos naturais poderiam obter vantagem estratégica desta condição de modo a sustentar seu poder (CARMONA, 2012).

Consciente das características que tornam o Brasil um país singular perante os outros, a geógrafa brasileira Bertha Becker ajustou perfeitamente o conceito de heartland ao território brasileiro. Para a autora, “a Amazônia sul-americana não deve ser percebida como região periférica e exótica, mas sim como região central, um heartland ecológico” (BECKER, 2001, p. 19).

Desde o princípio da ocupação da Amazônia por colonizadores, estabeleceu-se na região uma relação sociedade-natureza como se esta contasse com recursos naturais infinitos, pois frente a sua vastidão, esses recursos eram percebidos como inesgotáveis. O imaginário sobre a Amazônia reflete mais uma visão construída sobre a região do que a imagem real (PORTO-GONÇALVES, 2019); com isso, os diversos meios utilizados para incentivar o desenvolvimento na região não levaram em consideração as particularidades da floresta e daqueles que já a habitavam, o que beneficiou alguns atores sociais em detrimento de outros (BATISTELLA *et al.*, 2008).



Fonte: Jobson Amada, *Atlas histórico básico*, p. 37.
 Figura 1 - Mapa da Ocupação da Amazônia nos séculos XVI e XVII.

Assim, dada a pressão ambientalista interna e externa, a Amazônia se tornou um fator controverso para o Estado brasileiro e um símbolo do desafio ecológico pautado como questão global, o que impôs ao Brasil grande responsabilidade, conforme Becker (2001, p. 197)

Ao se colocar o desafio ecológico como questão global, a Amazônia tornou-se símbolo desse desafio. E na conflitiva transição entre a economia de fronteira e um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, impôs-se a responsabilidade do Brasil em lidar com este imenso patrimônio natural como uma questão regional, nacional e global, pois que 64 % da Amazônia Sul-Americana estão sob a soberania brasileira. Exigiu-se uma resposta do Estado, a retomada da política territorial e a participação de novos atores.

Os territórios se organizam atendendo dois preceitos: uma lógica exógena e outra endógena; a primeira é condizente com os interesses externos (internacionais) e a segunda, atende disposições internas. No caso do Estado Brasileiro, ao invés de implementar projetos concordantes com a realidade da Amazônia, optou por propostas que atendessem às necessidades do mercado — o que resultou em uma política econômica exportadora de recursos naturais (ACSELRAD, 2014).

Historicamente, observa-se que o processo de ocupação e tentativa de proteção do espaço amazônico foi fomentado por políticas de incentivo à migração para a região, com cessão do direito de posse de terras federais e aberturas de vias de ligação com os demais estados brasileiros, tais como: a Rodovia BR-230 que liga a cidade de Lábrea (AM) à cidade de Cabedelo (PB), cortando sete Estados brasileiros; a Rodovia BR-364 que liga a cidade Limeira (SP) à cidade Mâncio Lima (AC), perpassando por seis Estados; e a Rodovia BR-163 que liga a cidade de Tenente Portela (RS) à cidade Santarém (PA), percorrendo seis Estados.

Por conseguinte, a construção das vias rodoviárias impetrou uma intensa modificação da dinâmica regional (Figura 3), que é pertinentemente descrita por Becker (2005, p. 73), a seguir:

Uma grande modificação estrutural ocorreu no povoamento regional que se localizou ao longo das rodovias e não mais ao longo da rede fluvial, como no passado, e no crescimento demográfico, sobretudo urbano. Processou-se na região uma penosa mobilidade espacial, com forte migração e contínua expropriação da terra e, assim, ligada a um processo de urbanização. Em vista disso, a Amazônia teve a maior taxa de crescimento urbano no país nas últimas décadas.

Todavia, as maiores partes dos trechos das rodovias que cruzam a floresta ainda permanecem sem pavimentação, o que dificulta a sua trafegabilidade durante o período de chuvas na região (outubro a março), sendo que essas vias representam um importante modal no escoamento de produtos e abastecimento para a região.

Em termos socioeconômicos, Becker (2001, p. 202) enfatiza pertinentemente:

Os resultados desse processo em termos de desenvolvimento foram extremamente limitados, com escassa internalização da renda e do emprego e exclusão de grandes parcelas da população que vivem em condições de extrema pobreza particularmente nas cidades.

Desta forma, o heartland sul-americano deixou de ser apenas uma área de floresta e conta hoje com inúmeros aglomerado urbanos que carecem de atenção do Estado, em relação a serviços básicos.

Com isso, desmitificam-se algumas informações sobre a região, pois em decorrência desse processo de ocupação, a região Amazônica não representa um vazio demográfico, pois conta com, aproximadamente, 25 milhões de habitantes, sendo que 72% destes residem em áreas urbanas e 28% em áreas rurais (IBGE, 2013). Tal quadro foi enfatizado por Becker (2001) quando afirma que a Amazônia é uma floresta urbanizada, cujo povoamento é fortemente concentrado.

Atualmente, percebe-se que as políticas públicas para a Amazônia não devem se concentrar mais em políticas de ocupação, mas sim, em políticas de desenvolvimento socioeconômico sustentável; logo, essas políticas devem considerar as particularidades das populações que residem na região, visto que elas não formam um público homogêneo.

3 Metodologia

Este estudo se baseia em levantamento bibliográfico, com pesquisas em fontes secundárias, tais como: artigos científicos, dissertações, teses, livros, pareceres técnicos, anuários estatísticos, legislação, entre outros. Os procedimentos para coleta de dados foram do tipo documental.

Metodologicamente, este estudo compreende uma análise qualitativa dentro da abordagem histórico-crítico-dialética, da relação causa-efeito da ação antrópica e do impacto socioeconômico resultante desta ação. Contempla-se, também, na investigação, a análise das políticas implementadas pelo governo brasileiro na região amazônica, sobretudo no período pós-guerras mundiais. Esse contexto geopolítico internacional intensificou as ações na região, sob a alegação de ocupação, desenvolvimento e integração dela ao restante do país

4 Considerações finais

O tema estudado no presente artigo é importante, pois permite compreender o atual cenário sociocultural e econômico da Amazônia. Essa região emerge no cenário internacional em razão da crise ambiental que se desenvolve em um local que deveria ser protegido por causa de sua vasta biodiversidade. No entanto, os recursos naturais da área em questão continuam sendo explorados economicamente, em um modelo de gestão que não cria maiores benefícios aos amazônidas.

Diante deste contexto, faz-se necessário refletir sobre a importância da Amazônia em seus diversos contextos. O Brasil possui um extenso território e considerável porcentagem de sua área coberta pela maior floresta tropical do mundo; além disso, dispõe de um bioma riquíssimo — em fauna e flora — e abriga a maior bacia hidrográfica do globo. A relevância da Amazônia não se limita apenas à biodiversidade natural existente, mas também à pluralidade de populações que habitam a região, vivendo em diferentes contextos socioculturais, habitando o espaço amazônico de forma simbiótica com a diversidade natural.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, 2., 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais** [...]. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2004. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/conferencias/02.pdf>. Acesso: set. 2019.
- BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio F.; ALVES, Diógenes S. **Amazônia: natureza e sociedade em transformação**. São Paulo: Edusp, 2008.
- BECKER, Bertha K. Construindo a política brasileira de meio ambiente para a Amazônia: atores, estratégias e práticas. *In: KHOLHEPP, Gerd (org.). Brasil: modernização e globalização*. Frankfurt: Biblioteca Ibero-americana, 2001. Disponível em: http://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00001611/BIA_080_197_207.pdf;jsessionid=501273378E2FEB22252B208D40B36115. Acesso em: 28 jan. 2020.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estud. Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>.
- BORMA, L. S.; NOBRE, C. A. (org.) **Secas na Amazônia: causas e consequências**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
- CARMONA, Ronaldo Gomes. **Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea: Mahan e Mackinder e a grande estratégia do Brasil para o século XXI**. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em geografia humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11062013-111229/publico/2012_RonaldoGomesCarmona.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>. Acesso em: 28 jan. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

TUCCI, C. E. M.; BRAGA, B. (org.) **Clima e recursos hídricos no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: ABRH, 2015.